

LEITURA PARA QUÊ?

*Ivete S. Kist Huppel**

"A leitura e o ensino da literatura" é o título do livro escrito por Regina Zilberman e lançado pela editora Contexto, São Paulo, em 1988.

Tendo por foco de interesse a leitura, a autora discute a questão a partir de duas perspectivas, que vêm a constituir a dupla orientação da obra: de um lado, a localização da leitura no contexto social e, de outro, a compreensão da leitura no âmbito do trabalho escolar com obras literárias. Por isso o livro está dividido em duas partes intituladas, respectivamente: "Leitura e sociedade" e "Literatura e ensino". Tal partição não indica, porém, que os segmentos se dispõem de modo estanque, pelo contrário, a orientação da obra privilegia o trânsito entre um e outro, demonstrando a funda dependência entre eles.

A posição da leitura na sociedade é examinada em relação ao mundo ocidental, desde a configuração da modernidade, no século XVIII, e igualmente examinada na seqüência da história brasileira.

Refere-se, então, que o aumento do prestígio da leitura corre paralelo à ascensão da burguesia e seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, uma vez que a leitura se adequou admiravelmente à consolidação da nova ordem. Com efeito, as idéias racionalistas, postas em substituição à religiosidade obscurantista da aristocracia, encontraram na leitura escolar o seu veículo mais eficiente. Acontece que a escola veio a possibilitar duas coisas ao mesmo tempo: a concretização da igualdade de oportunidade para todos e a transmissão dos valores da camada social que oferecia acesso à escola. A importância da leitura na escola pode, aliás ser visualizada já pelo processo de alfabetização, o qual autoriza, ou não, a permanência do educando no seu interior. Mas não se

* Professora de Literatura Brasileira na FATES, Lajeado, e na FAPA, Porto Alegre.

restringe a isso, a leitura pressupõe e avalia habilidades socialmente desejadas: a disciplina do encadeamento linear - similar ao rodar das esteiras nos mecanismos de fabricação em série; a decodificação de ordens e instruções; o consumo doméstico e moderado de prazeres imateriais; o prestígio do saber teórico em detrimento do saber prático, que o indivíduo detém através da sua experiência. Simultaneamente, a leitura permite a inserção do homem no conjunto do patrimônio humanístico de séculos e franqueia a participação ativa num ambiente repassado por esses valores.

Estes dados apontam para a ambigüidade que cerca, desde sempre, as relações com a leitura, quer na sociedade, quer no âmbito escolar. Por um lado ela favorece decisivamente a democratização ao possibilitar o acesso e a divulgação do conhecimento e, por outro, ela se presta à manipulação ideológica, que tem, no reforçamento de padrões, o seu sinal mais evidente.

No caso da sociedade brasileira, cuja orientação colonial é marca permanente, Regina Zilberman identifica a presença de antigas contradições. Há a questão da escola, só nas últimas décadas abertas às camadas populares, e que, neste movimento, absorve quadros docentes apressadamente qualificados e improvisa instalações e metodologias compensatórias das deficiências por ela mesma criadas. Realizadas estas alterações nos componentes escolares sobressai um descompasso com o desenvolvimento da leitura, este muito menos movimentável do que o outro. A explicação das motivações do processo fica por conta da despreocupação das elites com uma efetiva qualificação do ensino - onde a leitura tem um papel decisivo -, porquanto níveis mais rasos de ilustração revelam-se suficientes para o aparelhamento da mão-de-obra requerida pela expansão da economia.

Na parte intitulada "Literatura e ensino", a autora aprofunda a análise da função da leitura em todos os graus de ensino, referindo permanentemente suas implicações com a estrutura da sociedade, na qual a escola se vê inserida. Surge aí a idéia de que a escola e a leitura podem ter uma relevância especial para as nações do Terceiro Mundo, no caminho do rompimento da dependência e da inferioridade em que se encontram margulhados.

Olhando a questão por este ângulo, qual seja, da busca de alternativas para a superação da dependência e do atraso do país, é possível constatar o equívoco das políticas educacionais restritas a alterações de currículos e a reordenamentos de graus de ensino, como as levadas a efeito no Brasil. É possível compreender, também, que a escola pública faltou ao seu compromisso com a escolarização qualificada da

população, dado que muitas vezes delegou à competência privada a responsabilidade educacional e, quando alargou a necessidade de docentes, foi incapaz de estruturar as correspondentes licenciaturas, provocando, na emergência, a proliferação de Faculdades particulares. Estas, entre outros motivos, por lidarem com uma clientela oriunda de camadas populares, não possibilitaram uma formação segura a seus egressos. Neste contexto, é problemática a atuação dos professores, qualquer que seja a óptica sob a qual se veja a questão. No caso de pretenderem desenvolver um ensino consentâneo com padrões tradicionais, os docentes deparam com insuficiente preparação, própria e dos alunos; ou se desejam experimentar outras metodologias, esbarram na insuficiência das bibliotecas escolares, nas rígidas expectativas dos educandos, na pressão dos concursos vestibulares, ou seja em poucas palavras, os ideais revolucionários vão de encontro à perspectiva utilitária projetada pela sociedade e encampada pela escola.

Em todas as circunstâncias, o resultado aparece na forma de dificuldades no manejo com a leitura. Regina Zilberman demonstra que, entre as repercussões, identifica-se um decréscimo de trabalho com obras literárias consagradas pela tradição e uma progressiva resistência para tratar a leitura como uma finalidade em si mesma, fora do campo de objetivos tidos por prioritários. No espaço então estabelecido, a indústria livreira despeja os livros didáticos. O sucesso dessas publicações bem reflete a precariedade do ensino, pois os manuais conseguem conciliar a literatura tradicional e a popular, embora na forma de excertos descontextualizados, juntamente com receitas de atividades, num conjunto que aparentemente compensa o despreparo do professor e produz um ensino eficiente de modo quase automático.

Um tal panorama permite entender a eclosão do que se chamou de crise de leitura, ocorrida nos anos 70. Na verdade, é provável que a crise fosse anterior a isso, mas transformou-se em problema público devido a confluência de carências variadas e bem antigas, em contato com a desajeitada expansão da rede escolar e com o aceleração das pressões capitalistas sobre uma escola acostuada ao ditado e à cópia. Este fenômeno pode mostrar como as campanhas em prol do desenvolvimento cultural, às vezes, vêm rebocadas por interesses da iniciativa privada que, agilmente, carrega os dividendos dos movimentos.

No caminho da superação de todos esses problemas e para a consolidação de uma leitura emancipadora, Regina Zilberman sublinha a necessidade de estender um ensino qualificado a todas as camadas da população, onde a leitura de obras literárias pode encontrar o espaço que lhe cabe, enquanto mo-

delo ideal de leitura, aquela que, conforme a autora: faz "interagir imaginação e raciocínio, fantasia e razão, emoção e inteligência" (pág. 114). Neste caso, a leitura vem acompanhada por atividades de crítica, promotoras do diálogo entre o leitor e o texto, em lugar da reverência e do acatamento incondicional. A par disso, é lembrado o proveito de um alargamento do filtro literário escolar, com a acolhida de obras mais afinadas com o gosto popular, para favorecer a leitura prazerosa, em lugar da sujeição ao Vestibular ou a utilitarismos de tipos variados. Demonstram-se, ainda, as possibilidades do incentivo à produção de textos, como complemento da leitura crítica, na formação de um homem, cuja postura social venha a superar a posição de consumidor, contrariando os mecanismos montados pela sociedade de consumo.

Como se vê, "A leitura e o ensino da literatura" é uma obra que contempla a posição da leitura no interior de uma cadeia de ligações de corte social. Exatamente por isso a autora faz questão de focalizar as múltiplas implicações que recobrem os programas de leitura. Se eles têm uma natureza cultural, não perdem, por certo, os componentes ideológicos e, tampouco se livram da mobilização de interesses econômicos. Como consequência, as posições na área da leitura precisam desvencilhar-se dos simplismos filantrópicos e assumir as possibilidades e os riscos inerentes, ao se proporem a transformar um "panorama que se mostra desigual e insatisfatório para grande contingente da população brasileira", como assinala Regina Zilbermann à página 47.

Ao analisar as peculiaridades do ensino brasileiro, a autora também atenta para alternativas de reversão do quadro. Neste sentido, são focalizados dois pontos prioritários, quais sejam, a formação do professor e a definição de seus objetivos de ensino. Em relação ao professor, reforça-se a necessidade de melhorar sua formação, o que implica a revisão, por consequência, de todo o processo escolar e, especialmente, da organização segmentada da estrutura universitária e dos currículos das licenciaturas. No terreno dos objetivos de ensino, fica claro serem eles os determinantes das metodologias adotadas. Por outro lado, são ainda os objetivos, no caso de se delinarem vaga e confusamente para os professores, que redundam em procedimentos capazes de reforçar padrões e interesses eventualmente estranhos à escola. De todo modo, a argumentação permite reconhecer evidências de uma confusão não rara: a escolha feita e não feita entre promover a coletividade ou o interesse privado; entre promover atitudes de autonomia ou atitudes de consumo passivo; entre promover o aluno, o homem, e sua emancipação, ou padrões de bom gosto e de estética intocáveis.

Enfim, Regina Zilberman mostra que as dificuldades de leitura, ao fim e ao cabo, são as dificuldades da escola e também as dificuldades que a sociedade enfrenta diante da encruzilhada: abrir espaço para a integração e a democracia, ou permanecer excludente e elitista. Dificuldade aliás, crucial para os países do Terceiro Mundo, se desejam modificar sua condição interna e ascender a outra posição no contexto internacional.